



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP COMPLETO - 21389300

(para contratação de bens permanentes e de consumo, serviços em geral, obras e serviços de engenharia por licitação)

Guia de suporte ao preenchimento do ETP: 20487579

ID (PAC):

A contratação emergencial dos serviços de vigilância **está prevista** no Plano de Contratações Anual – PCA/SJGO do ano de 2024, conforme registrado no doc 20774384.

A. Descrição sucinta do objeto

Contratação emergencial de empresa para prestação de serviços de vigilância armada e desarmada de forma ininterrupta (diurna e noturna), distribuída em postos de 12x36 e 44 horas e supervisão, a serem executados nas dependências da Justiça Federal de Primeiro Grau em Goiás - SJGO e Subseções Judiciárias.

B. Justificativa expressa para a contratação

A contratação é necessária para/porque (*expor a finalidade e os motivos da necessidade da contratação*)

A contratação emergencial dos serviços de vigilância visa assegurar continuidade do serviço de vigilância armada e desarmada, com a finalidade de garantir a Segurança Institucional da JFGO, assegurando a integridade física das pessoas (autoridades, servidores, prestadores, estagiários e público em geral) e do patrimônio público (instalações, equipamentos e acervos) nas unidades que integram a SJGO, distribuídas nos diversos edifícios. Serão executados ininterruptamente, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos e materiais, operação de sistemas de segurança, monitoramento, rondas nas áreas externas e adjacentes, nos locais especificados, supervisão etc.

A contratação do serviço de vigilante supervisor é necessária para auxiliar o Gestor Geral na fiscalização dos serviços prestados pela empresa contratada, conforme atribuições relacionadas no item 4 do item E.1.

A JFGO não dispõe em seu quadro de pessoal, de recursos humanos necessários para a execução direta desses serviços, bem como os cargos relacionados com o objeto desta contratação não fazem parte do plano de carreira do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. A contratação também se justifica por constituírem serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições finalísticas.

A contratação será por postos de serviços (de acordo com o artigo 2 do [Anexo VI-A da IN nº 5, de maio de 2017, do Ministério do Planejamento](#)) considerando as necessidades da JFGO, cujo expediente interno é de 2ª à 6ª feira das 07:00 até às 21:00 e nos finais de semana e feriados por meio de plantões judiciários. Posto de serviço é a unidade de medida da prestação de serviços, caracterizado pelo período durante o qual o posto deverá ser guarnecido por pessoas qualificadas para o desempenho das tarefas.

Atualmente estes serviços são prestados por meio do contrato 18/2021 14008735 firmado entre a JFGO e a empresa Guardiã Vigilância e Segurança Ltda., cujo termo final é 06/10/2024 e que não será prorrogado devido ao desinteresse da contratada (20761860), o que justifica a contratação emergencial, com vistas à continuidade da prestação dos supracitados serviços, observado o disposto na Instrução Normativa 05, de 2017, do Ministério do Planejamento, no Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, no art. 230 da Lei 8.112/1990 e nos normativos do TRF1, visto que não há tempo hábil para licitar e formalizar um novo contrato antes do dia 06/10/2024 e a falta ou a interrupção na prestação destes serviços pode resultar em riscos ao bom andamento da prestação dos serviços jurisdicionais.

A não contratação implicará (*expor as consequências advindas da não contratação*)

Os serviços a serem contratados enquadram-se como serviços continuados e a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades desta Administração, na medida em que os vigilantes são parte integrante da segurança institucional da JFGO, frente aos riscos e ameaças às quais a Justiça Federal está sujeita. São responsáveis, dentre outros, pela segurança ostensiva, controle de acesso de pessoas, veículos e materiais, operação dos sistemas de segurança, realização de rondas e monitoramento de sistemas de alarme e circuito fechado de TV, etc.

C. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais

A presente contratação está integralmente alinhada aos objetivos estratégicos e macro desafios da Justiça Federal :

a) promoção da sustentabilidade e aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira, constantes no [Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2021/2026](#) e com as diretrizes do [Anexo da Resolução do Conselho da Justiça Federal nº 668/2020](#);

b) [Resolução CNJ nº 435/2021](#) e Instrução Normativa – IN 1410, que vão ao encontro da Gestão de Segurança no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A prestação dos serviços está de acordo com o [Anexo VI-A da IN nº 5, de maio de 2017, do Ministério do Planejamento](#), que preceitua, como de preferência, a execução de forma indireta.

A contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços continuados de vigilância e supervisão encontra amparo legal nos seguintes normativos:

- Lei n.º 9.632, de 07 de maio de 1.998; no Decreto n.º 2.271, de 07 de julho de 1997, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

- Instrução Normativa MPOG n.º 05, de 25 de maio de 2017, dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

- Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais (SISG) dos órgãos civis da Administração Federal direta, das autarquias federais e fundações públicas, e dá outras providências.
- A legislação adicional aplicável à referida contratação encontra amparo legal na Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e no Decreto n.º 8.538/201.
- Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.
- Decreto nº 9.507/2018, dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

D. Proposta de solução

D.1. Alternativas de solução disponíveis no mercado

Solução nº	Descrição das alternativas de solução disponíveis no mercado	Fontes de consulta (órgãos públicos que adotaram a solução, fornecedores etc.)	Link das consultas (doc. SEI)
01	Serviços de vigilância desarmada para as edificações do TRF1 incluindo o canteiro de obras da nova sede	TRF 1ª Região	0082934-71.2021.4.01.8000

D.2. Estimativa de preços das alternativas de solução

Foi elaborada a estimativa de preços na tabela abaixo com base na planilha de formação de preços Anexo único ao 3º TA, de 19/01/2024 (19833368), da contratação atual (0003501-68.2019.4.01.8006). Uma vez que na contratação atual não há postos de vigilância 44 horas contratados para as Subseções, foi considerado para fins de estimativa, o valor do posto para a Sede em Goiânia.

LOTE 1							
POSTOS DE TRABALHO - GOIÂNIA							
ITEM	DESCRIÇÃO DO POSTO (CBO 5173-30)	LOCALIDADE	QTDE POSTOS	QTDE VIGILANTES (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR MENSAL (A X B)	VALOR ANUAL
1	Posto de Vigilante Supervisor/Fiscal, 44 horas semanais	Goiânia	1	1	R\$ 13.313,29	R\$ 13.313,29	R\$ 159.759,48
2	Postos de Vigilante, diurno, desarmado, 44 horas semanais	Edifício Sede	3	3	R\$ 6.394,19	R\$ 19.182,57	R\$ 230.190,84
3	Postos de Vigilante, diurno, armado, 44 horas semanais	Edifício Sede	2	2	R\$ 6.533,49	R\$ 13.066,98	R\$ 156.803,76
4	Vigilante em escala 12 x 36 diurno, de segunda a domingo, para sistema de monitoramento e vigilância eletrônica	Edifício Sede	1	2	R\$ 6.094,87	R\$ 12.189,74	R\$ 146.276,88
5	Vigilante em escala 12 x 36 noturno, de segunda a domingo, para sistema de monitoramento e vigilância eletrônica	Edifício Sede	1	2	R\$ 6.599,58	R\$ 13.199,16	R\$ 158.389,92
6	Vigilante em escala 12 x 36 diurno, de segunda a domingo	Edifício Sede	5	10	R\$ 6.094,87	R\$ 60.948,70	R\$ 731.384,40
7	Vigilante em escala 12 x 36 noturno, de segunda a domingo	Edifício Sede	3	6	R\$ 6.599,58	R\$ 39.597,48	R\$ 475.169,76
8	Postos de Vigilante, diurno, desarmado, 44 horas semanais	Edifício Gama Dias	1	1	R\$ 6.394,19	R\$ 6.394,19	R\$ 76.730,28
9	Postos de Vigilante, diurno, armado, 44 horas semanais	Edifício Gama Dias	1	1	R\$ 6.533,49	R\$ 6.533,49	R\$ 78.401,88
10	Vigilante em escala 12 x 36 diurno, de segunda a domingo	Edifício Gama Dias	2	4	R\$ 6.094,87	R\$ 24.379,48	R\$ 292.553,76
11	Vigilante em escala 12 x 36 noturno, de segunda a domingo	Edifício Gama Dias	2	4	R\$ 6.599,58	R\$ 26.398,32	R\$ 316.779,84
12	Vigilante em escala 12 x 36 diurno, de segunda a domingo	Galpão depósito e Arquivo Judicial	2	4	R\$ 6.094,87	R\$ 24.379,48	R\$ 292.553,76
13	Vigilante em escala 12 x 36 noturno, de segunda a domingo	Galpão depósito e Arquivo Judicial	2	4	R\$ 6.599,58	R\$ 26.398,32	R\$ 316.779,84
TOTAL GOIÂNIA (A)			26	44		R\$ 272.667,91	R\$ 3.431.774,40
POSTOS DE TRABALHO - SUBSEÇÕES							
ITEM	DESCRIÇÃO DO POSTO (CBO 5173-30)	LOCALIDADE	QTDE POSTOS	QTDE VIGILANTES (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR MENSAL (A X B)	VALOR ANUAL

14	Vigilante em escala 12 x 36 diurno, de segunda a domingo	Anápolis	2	4	R\$ 6.138,31	R\$ 24.553,24	R\$ 294.638,88
15	Vigilante em escala 12 x 36 noturno, de segunda a domingo	Anápolis	1	2	R\$ 6.498,36	R\$ 12.996,72	R\$ 155.960,64
16	Postos de Vigilante, diurno, desarmado, 44 horas semanais	Anápolis	1	1	R\$ 6.394,19	R\$ 6.394,19	R\$ 76.730,28
17	Vigilante em escala 12 x 36 diurno, de segunda a domingo	Formosa	1	2	R\$ 5.944,80	R\$ 11.889,60	R\$ 142.675,20
18	Vigilante em escala 12 x 36 noturno, de segunda a domingo	Formosa	1	2	R\$ 6.297,13	R\$ 12.594,26	R\$ 151.131,12
19	Postos de Vigilante, diurno, desarmado, 44 horas semanais	Formosa	1	1	R\$ 6.394,19	R\$ 6.394,19	R\$ 76.730,28
20	Vigilante em escala 12 x 36 diurno, de segunda a domingo	Itumbiara	1	2	R\$ 5.941,26	R\$ 11.882,52	R\$ 142.590,24
21	Vigilante em escala 12 x 36 noturno, de segunda a domingo	Itumbiara	1	2	R\$ 6.293,58	R\$ 12.587,16	R\$ 151.045,92
22	Postos de Vigilante, diurno, desarmado, 44 horas semanais	Itumbiara	1	1	R\$ 6.394,19	R\$ 6.394,19	R\$ 76.730,28
23	Vigilante em escala 12 x 36 diurno, de segunda a domingo	Jataí	1	2	R\$ 6.025,29	R\$ 12.050,58	R\$ 144.606,96
24	Vigilante em escala 12 x 36 noturno, de segunda a domingo	Jataí	1	2	R\$ 6.381,43	R\$ 12.762,86	R\$ 153.154,32
25	Postos de Vigilante, diurno, desarmado, 44 horas semanais	Jataí	1	1	R\$ 6.394,19	R\$ 6.394,19	R\$ 76.730,28
26	Vigilante em escala 12 x 36 diurno, de segunda a domingo	Luziânia	1	2	R\$ 5.974,91	R\$ 11.949,82	R\$ 143.397,84
27	Vigilante em escala 12 x 36 noturno, de segunda a domingo	Luziânia	1	2	R\$ 6.468,82	R\$ 12.937,64	R\$ 155.251,68
28	Postos de Vigilante, diurno, desarmado, 44 horas semanais	Luziânia	1	1	R\$ 6.394,19	R\$ 6.394,19	R\$ 76.730,28
29	Vigilante em escala 12 x 36 diurno, de segunda a domingo	Rio Verde	1	2	R\$ 6.102,11	R\$ 12.204,22	R\$ 146.450,64
30	Vigilante em escala 12 x 36 noturno, de segunda a domingo	Rio Verde	1	2	R\$ 6.606,83	R\$ 13.213,66	R\$ 158.563,92
31	Postos de Vigilante, diurno, desarmado, 44 horas semanais	Rio Verde	1	1	R\$ 6.394,19	R\$ 6.394,19	R\$ 76.730,28
32	Vigilante em escala 12 x 36 diurno, de segunda a domingo	Uruaçu	1	2	R\$ 5.941,26	R\$ 11.882,52	R\$ 142.590,24
33	Vigilante em escala 12 x 36 noturno, de segunda a domingo	Uruaçu	1	2	R\$ 6.435,16	R\$ 12.870,32	R\$ 154.443,84
34	Postos de Vigilante, diurno, desarmado, 44 horas semanais	Uruaçu	1	1	R\$ 6.394,19	R\$ 6.394,19	R\$ 76.730,28
TOTAL SUBSEÇÕES (B)			22	37		R\$ 231.134,45	R\$ 2.773.613,40
VALOR ANUAL (A + B)							R\$ 6.205.387,80

I - Da contratação do Vigilante supervisor: A experiência da administração na gestão dos serviços terceirizados de vigilância tem percebido ao longo dos anos que a ausência efetiva de um cargo de liderança entre os vigilantes acaba por sobrecarregar o servidor fiscal do contrato. Tal fato ocorre, principalmente, naqueles casos em que os vigilantes necessitam de respostas da empresa relacionadas a obrigações diversas e, por um distanciamento que existe entre os trabalhadores e seu empregador, a administração, a fim de garantir a efetiva prestação do serviço, acaba por intervir em atividades que são exclusivas da contratada.

Ainda que a empresa disponibilize um supervisor (fiscal) externo, com presença nas dependências dentro dos prazos ajustados, o destacamento de um líder dentre vigilantes residentes tende a desonerar operacionalmente a administração, auxiliando na realização de diversas tarefas e focando nas questões estratégicas.

O piso salarial considerado para o posto "supervisor" foi de R\$ 3.825,10 (três mil oitocentos e vinte e cinco reais e dez centavos), tomando como base, pesquisa de mercado. O valor está acima da CCT paradigma (GO000761/2023), conforme demonstrado na Certidão de Demonstração de Pisos Salariais (20926143), segundo a qual a remuneração do vigilante supervisor é de R\$ 2.829,59, conforme memória de cálculo abaixo:

Salário Base = R\$ 1.825,00 + 3,71% de aumento (R\$ 67,71): R\$ 1.892,71 + Periculosidade 30% (R\$ 567,81) + Gratificação de Função (R\$ 369,07) =
Soma: R\$ 2.829,59. Vale Alimentação de R\$ 27,00 por dia trabalha

Observa-se, no entanto, que segundo a mesma certidão (21008468), a remuneração do vigilante em escala 44 horas, excluindo o vale alimentação, tem a mesma remuneração que o vigilante supervisor, que chega a ser menor do que a do vigilante em escala 12x36 noturno, o que gera uma discrepância na remuneração daquele cargo que exerce função de liderança e maior hierarquia em relação aos demais,

o que exige maior capacitação e responsabilidade. A majoração em tela objetiva corrigir essa distorção e remunerar adequadamente o posto em relação aos demais.

A previsão supra encontra respaldo na IN 5/2017 admite, em caráter excepcional, a fixação de salários acima do piso, desde que justificadamente, para casos específicos em que se necessita de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles, que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria (art. 5º, VI).

O TCU, Acórdão 1589/2024, reafirmou a jurisprudência constante no Acórdão 2101/2020, que admitiu a fixação de pisos acima dos estabelecidos na CCT, desde que sejam observados os seguintes requisitos: *i) justificativa técnica de que os serviços demandam, por suas características e particularidades, a execução por profissional com nível de qualificação acima da média; e ii) realização de pesquisa de preços demonstrando a compatibilidade com os valores de mercado para contratações similares, ou seja, comprovação de que no mercado existe tal distinção salarial em função da qualificação do trabalhador.*

Quanto à justificativa técnica, além do acima exposto, importa salientar que o vigilante supervisor reporta, sempre que necessário, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços do Contratante (gestor do contrato), tomando as providências pertinentes para correção de eventuais falhas.

A designação "supervisor" está prevista na CCT da categoria, a qual não faz distinção entre fiscal e supervisor (letra "b", Parágrafo Terceiro, da Cláusula Terceira da Convenção Coletiva de Trabalho de Registro no MTE n. GO000845/2022 - 17635693).

Consoante pesquisas realizadas, verificamos que as atribuições consignadas no item E1 para vigilante supervisor não diferem das verificadas no mercado, conforme links abaixo:

- [1. O supervisor de segurança patrimonial é responsável por gerir, supervisionar e orientar a execução das tarefas diárias de segurança realizadas pelos agentes de segurança;](#)
- [2. O supervisor de segurança é o profissional encarregado de supervisionar as atividades operacionais dos serviços de segurança visando o cumprimento de normas e procedimentos dos estabelecidos. O supervisor de segurança é responsável direto pelo funcionamento da parte operacional da segurança, pela execução das tarefas diárias conforme as normas e procedimentos da organização.](#)

No que tange à pesquisa de preços, em que pese a informação Sevit (20926147) fazer referência de *visita ao site "salário.com.br"* em 09/04/2023 e o documento anexado 20926146 não conter data e hora de acesso, segue no documento 21239676, pesquisa atualizada com acesso no dia 03/09/2024, resumida abaixo:

Conforme essa pesquisa atualizada junto aos dados oficiais do CAGED de profissionais demitidos no mercado de trabalho, um Supervisor de Vigilantes Nível I ganha em média R\$ 2.661,36, o Nível II recebe cerca de R\$ 3.063,84, já o Nível III tem uma média salarial de R\$ 4.599,52 mensais. O teto salarial foi de R\$ 4.508,89 conforme a pesquisa realizada.

Em pesquisa de contratações junto a órgãos públicos, verificamos o Pregão Eletrônico 90034/2024 ([PREGÃO ELETRÔNICO 90034/2024 - Vigilância Desarmada — Ministério de Minas e Energia \(www.gov.br\)](#)), (acesso em 03/09/2024), no qual a remuneração para o posto de Supervisor Diurno Desarmado é de **R\$ 4.044,46 (quatro mil quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos)**, conforme planilha estimativa de custo e formação de preços 21242225.

No documento 21242433, segue o 7º Termo Aditivo ao contrato nº 150/2019 do TJFT, no qual o posto de Encarregado Geral, equivalente ao posto de vigilante supervisor da contratação em tela, percebe remuneração no valor de **R\$ 4.246,67 (quatro mil duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**, valor 20% maior do que a remuneração do posto de vigilante 44 h.

D.3. Razões da escolha da melhor solução (justificar técnica e economicamente o que o levou a escolher a solução)

Contratação de empresa para o fornecimento de mão de obra especializada na categoria de vigilante e supervisor, de acordo com o [artigo 14, inciso VII da Resolução 435 do CNJ](#)

"Art. 14. Os tribunais superiores, conselhos, tribunais de justiça, regionais federais, do trabalho, eleitorais e militares, no âmbito de suas competências, adotarão as seguintes medidas de segurança:

VIII – policiamento ostensivo com inspetores(as) e agentes da polícia judicial, sem prejuízo da atuação acessória do serviço de vigilância privada, nas áreas de interesse dos conselhos e tribunais e adjacências;"

A referida Resolução tem como objetivo estabelecer princípios e diretrizes que regem a política nacional de segurança do Poder Judiciário e os supracitados inciso e artigo acima apontam como acessório o serviço de vigilância, tendo em vista que o quadro de agentes da polícia judicial da SJGO é insuficiente para o atendimento de atividades como controle do fluxo de pessoas nas portarias, controle de veículos nas entradas das garagens, vistoria por meio de scanners de raios x nas portarias, monitoramento de sistemas de alarme e CFTV, etc.

A contratação por postos de trabalho permite que os profissionais alocados para a prestação do serviço estejam inseridos no cotidiano das portarias, entradas de garagens e etc., tomando conhecimento das rotinas inerentes ao controle de entrada e saída de pessoas, veículos, materiais e etc.

D.4. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

A solução será contratada como item único de 47 postos de vigilância noturno e diurno, distribuídos em postos de jornada 12x36 e 44h e 1 posto de vigilante supervisor, alocados nos prédios da SJGO e Subseções.

Não haverá parcelamento do objeto, com vistas à redução dos custos em função da economia de escala e melhor andamento da execução. Nos termos já salientados pela Secon (setor responsável pela confecção das Planilhas de Custos e Formação de Preços), o parcelamento dos itens por localidade, por exemplo, resulta em majoração considerável dos percentuais dos Custos Indiretos e Lucro (à razão de 5%, para 20%, aproximadamente em alguns casos), para que os itens não sejam inexecutáveis. O não parcelamento, portanto, permite ganho de economia de escala, com a diluição dos custos indiretos e, por conseguinte, possibilita a redução da margem de lucro.

Sendo assim, o parcelamento, poderia resultar no fracasso de alguns itens ou em uma licitação com poucos fornecedores, com conseqüente aumento dos valores contratados em comparação à compra conjunta da solução.

D.4.1. Aplicação de cotas a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) (somente para bens de natureza divisível)

Não se aplica

E. Requisitos da solução escolhida

E.1. Requisitos qualitativos e quantitativos (e análise das contratações anteriores)

A JFGO contará com 81 (oitenta e um) vigilantes distribuídos da seguinte forma:

QUADRO RESUMO	QTD. POSTOS	QTD. VIGILANTES
Vigilante Supervisor	1	1
Vigilante Armado 44h Diurno	3	3
Vigilante Desarmado 44h Diurno	11	11
Vigilante Armado 12x36 Diurno	18	36
Vigilante Armado 12x36 Noturno	15	30
TOTAL	48	81

A prestação dos serviços de vigilância desarmada é de natureza continuada e a falta ou a interrupção na prestação dos serviços agrava os riscos e ameaças diversos, prejudicando a prestação jurisdicional com consequente dano ao interesse público.

Conforme prevê o [artigo 2º da Resolução 435 do CNJ](#), a segurança institucional é atividade essencial, que tem como missão promover condições adequadas de proteção, a fim de possibilitar aos(as) magistrados (as) e servidores (as) da Justiça o pleno exercício de suas competências e atribuições.

1. O prazo para execução dos serviços e de vigência do será de até 12 (doze) meses, por se tratar de **contratação emergencial**, nos termos do art. 75, VIII, da Lei n. 14.133/2021, vedada a sua prorrogação além desse limite..

2. No caso em tela não se configura a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas a eventual nova empresa vencedora da licitação.

3. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes nas seguintes localidades:

- EDIFÍCIO SEDE E ANEXO SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS - Rua 19, nº 244 Centro Goiânia – GO;
- EDIFÍCIO GAMA DIAS (JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS) - Avenida República do Líbano, Qd. D-1, Lts. 21/30 Setor Oeste, Goiânia – GO;
- GALPÃO DE DEPÓSITO E ARQUIVO JUDICIAL – Avenida Central, nº 808, Galpão 3, Quadra F, Lote 06, Setor Empresarial, CEP: 74583-350, Goiânia-GO;
- SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ANÁPOLIS - Av. Universitária, Quadra 02, Lote 05, Jardim Bandeirante, CEP: 75083-035, Anápolis-GO;
- SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FORMOSA - Rua Itiquira, nº 1000, esq. com Rua Lindolfo Gonçalves, Setor Nordeste, CEP: 73807-145, Formosa-GO;
- SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITUMBIARA - Avenida João Paulo II, nº 185 (Térreo do Edifício do Fórum), Bairro Ernestina Borges de Andrade, CEP 75528-370, Itumbiara-GO;
- SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE RIO VERDE - Avenida José Walter, nº 500, Quadra 49, Lotes 10/11, Setor Morada do Sol, Rio Verde/GO - CEP: 75908-740;
- SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JATAÍ - Endereço: Rua Nicolau Zaidem, nº 1135, Qd. 45 (antigo Fórum da cidade), Vila Fátima, Centro, CEP 75803-055, Jataí-GO;
- SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE LUZIÂNIA - Endereço: Rua Dr. João Teixeira, Quadra 73, Lote 21-A, nº 596, Edifício Iaci Amaral, Centro, CEP: 72.800-440, Luziânia/GO;
- SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE URUAÇU - Endereço: Av. Tocantins, nº 17, Qd. 07, Lt.16, Setor Central, CEP: 76400-000, Uruaçu-GO;

4. Os serviços serão contratados por posto de trabalho, observadas a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço que integra o objeto da contratação, bem como o disposto na Resolução 169/2013 do Conselho Nacional de Justiça e na Instrução Normativa 1/2013, do Conselho da Justiça Federal;

5. O contrato atual tem vigência até o dia **05/10/2024**, de modo que estima-se o início da presente contratação em **06/10/2024**;

6. Os prestadores de serviços, da escala 44 horas semanais, atuarão de segunda a sexta-feira ou, a critério do gestor do contrato, de segunda a sábado e os prestadores de serviços, da escala 12x36 horas, atuarão todos os dias da semana de acordo com as respectivas convenções coletivas de trabalho, sendo os horários definidos conforme o interesse da Administração, observado o horário de funcionamento das unidades da JFGO, podendo haver divisão de turnos ou alteração conforme as necessidades da Administração.

I - REQUISITOS QUALITATIVOS

Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

Para o posto de VIGILANTE: serviços de: vigilância patrimonial armada.

Para o exercício da profissão, o vigilante deve preencher os seguintes requisitos:

Os serviços de vigilância serão executados por profissional qualificado nos termos da Lei n. 14.967, de 09 de setembro de 2024:

A) requisitos para o exercício da atividade de **vigilante e de vigilante supervisor**:

I – ser brasileiro, nato ou naturalizado;

II – ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III – ter sido considerado apto em exame de saúde física, mental e psicológica;

IV – ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico;

V – não possuir antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso do cumprimento da pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos dos [arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#)

(Código Penal); e

VI – estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

B) São requisitos específicos para o exercício da atividade de vigilante:

I – ter concluído todas as etapas do ensino fundamental; e

II – estar contratado por empresa de serviços de segurança ou por empresa ou condomínio edilício possuidor de serviço orgânico de segurança privada.

C) São requisitos específicos para o exercício da atividade de vigilante supervisor:

I – ter concluído o ensino médio; e

II – estar contratado por empresa de serviços de segurança ou empresa ou condomínio edilício possuidor de serviços orgânicos de segurança privada.

D) São requisitos específicos para exercício das atividades de monitoramento:

I – ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

II – ter sido considerado apto em exame de saúde mental e psicológica;

III – ter concluído todas as etapas do ensino médio;

IV – estar contratado por prestador de serviço de segurança privada ou serviço orgânico de segurança privada.

V - ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico;

VI - não possuir antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso do cumprimento da pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos dos [arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal);

Para matrícula nas escolas de formação não será exigida a contratação por prestador de serviços de segurança privada.

O curso de formação habilita o vigilante para a prestação do serviço de vigilância.

Os cursos de aperfeiçoamento habilitam o vigilante para a execução dos demais serviços e funções, conforme definido em regulamento.

Não será exigida a conclusão do ensino fundamental ou do ensino médio de vigilantes e supervisor (não inclui para atividades de monitoramento) em relação aos profissionais que já tiverem concluído, com aproveitamento, o respectivo curso de formação ou de aperfeiçoamento, por ocasião da entrada em da Lei n. 14.967/2024.

Para a execução dos **serviços de monitoramento**, os profissionais deverão obedecer aos seguintes requisitos:

Realizar rondas nas telas verificando as condições de segurança;

Fazer relatórios das imagens quando solicitadas, inclusive com a seleção de vídeos em formato exportado do sistema de monitoramento;

Realizar relatórios diversos;

Reportar erros do sistema;

Reportar erros de hardware à fiscalização e à supervisão;

Evitar ausência da sala de monitoramento;

Fazer uso de comunicação, avisando a supervisão de eventuais ocorrências que ameacem a segurança. Preferencialmente o rádio é a opção de comunicação primeira, porém deve fazer uso de telefone também. Em casos extremos é cabível o deslocamento físico até ao supervisor ou fiscalização, de modo a avisar da ocorrência;

Ter conhecimentos de informática de modo a conseguir trabalhar com o sistema de monitoramento a nível de simples operação;

O serviço de monitoramento deverá ser prestado 24 horas por dia, em regime de escala 12 x 36 horas (12 horas de trabalho por 36 horas de descanso), conforme determina a legislação vigente. O turno diurno será das 7h às 19h e o turno noturno das 19h às 7.

1) Descrição dos serviços:

1.1 VIGILÂNCIA

1.1.1 Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída.

1.1.2. Apresentar-se uniformizados, sempre barbeados, cabelos aparados e limpos, calçado engraxado.

1.1.3. Manter-se atento, ocupando permanentemente o local designado para o exercício de suas funções, não se afastando para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros.

1.1.4. Deixar o posto somente após o encerramento de seu turno, salvo em situações de absoluta necessidade, após ter alertado à chefia da emergência.

1.1.5. Controlar a entrada e saída de veículos, anotando em documento próprio o horário, as características e a placa da viatura.

1.1.6. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas devidamente identificadas e previamente autorizadas, anotando em documento próprio o horário, o nome, o número de identidade, e o local de destino.

1.1.7. Vistoriar se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário.

1.1.8. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do Contratante, facilitando, se possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.

- 1.9. Observar a movimentação de indivíduos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança, conforme orientação recebida de preposto da Contratada, bem como as que entenderem oportunas.
- 1.10. Comunicar ao Contratante todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio deste;
- 1.11. Impedir todo o tipo de atividade que ofereça risco à segurança do Contratante.
- 1.12. Impedir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, empregados ou de terceiros.
- 1.13. Executar a(s) ronda(s) conforme as orientações recebidas do preposto, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários ao perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem nas instalações.
- 1.14. Verificar a existência de objetos, pacotes ou embrulhos suspeitos abandonados por ocasião da vistoria dos ambientes.
- 1.15. Controlar a entrada e saída de materiais e equipamentos, observando que os bens patrimoniais de propriedade do Contratante só serão liberados mediante apresentação do Formulário de Autorização para Saída de Materiais, após ser vistoriado, sendo imprescindível a sua descrição e número do Patrimônio.
- 1.16. Preencher corretamente todos os formulários de controle, assinando-os e colocando o número da matrícula, o nome do posto, e entregá-los à unidade competente, ao término do turno.
- 1.17. Acompanhar e revistar, quando necessário, a saída de lixo e entulhos.
- 1.18. Efetuar vistoria em todo o ambiente do posto quando, da troca de turno, acompanhado de seu substituto, comunicando-lhe todas as ocorrências, que deverão estar registradas em livro próprio, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves, sob sua guarda.
- 1.19. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas fora do horário de expediente de trabalho, feriados e finais de semana, registrando em documento próprio a sua identificação e características.
- 1.20. Responder, junto à Contratada, pelos bens patrimoniais do Contratante, eventualmente sob sua guarda, em casos de dano ou desaparecimento.
- 1.21. Hastear e arriar a bandeira nacional e outras que estiverem e uso pela contratada.
- 1.22. Quando necessário o emprego de força contra pessoas ou coisas, a ação deve obedecer aos dispositivos legais vigentes, baseando-se em repelir o perigo ou a agressão e sempre com a exaustão suficiente para não prejudicar terceiros ou seus bens.
- 1.24. Permitir a entrada de servidores e empregados fora do horário de expediente somente quando devidamente autorizados.
- 1.25. Não permitir o acesso de pessoa que se negue à identificação regulamentar, salvo por decisão e/ou autorização expressa do Setor de Segurança.
- 1.26. Assumir o posto no horário regulamentar já uniformizado e de posse dos acessórios e equipamentos necessários para o desempenho do trabalho.
- 1.27. Manter iluminada, nos pontos pré-determinados, áreas físicas das edificações do Contratante, verificando, diariamente, se as demais luzes estão apagadas, na forma e condições estabelecidas pelo Contratante.
- 1.28. Permitir que, ao portador de deficiência ou idoso, seja concedida preferência de trânsito e acesso aos elevadores, procurando ajudá-lo, quando for o caso, no desembarque de viaturas.
- 1.29. Somente entrar em áreas reservadas, em caso de emergência ou quando devidamente autorizado.
- 1.30. Não abordar autoridades ou empregados de outras áreas, para tratar de assuntos particulares ou de serviço, salvo quando devidamente autorizado pela sua chefia imediata.
- 1.31. Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do Contratante ou nas suas imediações, providenciando, de imediato, a remessa desses bens à Segurança.
- 1.32. Realizar os seguintes serviços de monitoramento e edição de imagens do CFTV, quando solicitado pela Seção de Segurança:
 - 1.32.1. Recuperar, editar e gravar imagens do circuito fechado de TV;
 - 1.32.2. Identificar necessidade de instalação de câmeras e outras manutenções no sistema CFTV;
 - 1.32.3. Realizar o monitoramento do CFTV (acompanhamento das imagens ao vivo para identificação de eventuais anormalidades, que são comunicadas à Central de Segurança);
 - 1.32.4. Comunicar ocorrências à Central de Segurança.
- 1.33. Manter sigilo das informações no que disser respeito à de segurança institucional da JFGO;
- 1.34. Não permitir a entrada de quaisquer materiais tóxicos, poluentes, corrosivos ou outros nocivos à saúde, sem antes submetê-los à apreciação do responsável do Contratante;
- 1.35. Acompanhar, quando disponíveis, os monitores de vigilância eletrônica, comunicando de imediato ao vigilante supervisor qualquer fato ou ação considerada anormal, reduzindo a termo, em livro próprio, toda e qualquer ocorrência verificada no turno;
- 1.36. Não permitir a fixação de panfletos, cartazes, recortes ou outros de divulgação escrita, nos murais, paredes, pilstras, vidraças, janelas, dentre outros, sem a prévia autorização da assessoria de comunicação social do Contratante;
- 1.37. Receber informações do colega, ler o caderno de anotações, orientar-se de todas as situações encontradas e das ordens e orientações recebidas do plantão anterior;
- 1.38. Conhecer as atribuições do(s) posto(s) que ocupa, assim como a perfeita utilização dos equipamentos (rádios, telefone etc) colocados à sua disposição para os serviços;
- 1.39. Não utilizar celular, smartphone ou similares em serviço;
- 1.40. Não tratar de assuntos relacionados ao serviço ou outros, de caráter reservado, com pessoas estranhas ou desconhecidas;
- 1.41. Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais, avisando imediatamente o fato ocorrido ao vigilante supervisor;
- 1.42. Entrar em áreas reservadas somente em casos de emergência ou quando devidamente autorizado;
- 1.43. Ter o devido zelo com todo o patrimônio colocado à sua disposição para o serviço;
- 1.44. Manter-se sempre com uma postura correta e condizente com a função desempenhada;
- 1.45. Encaminhar ao vigilante supervisor todas as questões relativas ao vínculo funcional com a Contratada;
- 1.46. Dirigir-se, sempre que solicitado, da forma cortês, polida e educada aos magistrados, servidores e público visitante;
- 1.47. Procurar, em casos de dificuldade, buscar a orientação do vigilante supervisor, repassando-lhe o problema;
- 1.48. Atuar, sempre que necessário, nas situações emergenciais, utilizando-se de meios disponíveis com presteza e atenção;
- 1.49. Comunicar ao vigilante supervisor, com antecedência, na maior brevidade possível, as dispensas concedidas por motivo de saúde e, na medida do possível, a necessidade de faltar ao serviço decorrente de motivo de saúde ou força maior.

2. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA

- 2.1. Abrir e fechar as dependências dos Edifícios e Anexos, de acordo com as ordens do setor competente.
- 2.2. Controlar o acesso dos servidores, dos empregados e visitantes, identificando-os segundo as normas do Contratante.
- 2.3. Receber os jornais e revistas nos finais de semana e feriados, fazendo o registro em livro próprio.
- 2.4. Controlar diariamente o trânsito dos empregados das firmas que prestam serviços eventuais ao Contratante, identificando-os com crachá de serviço, recolhendo tais cartões ao término dos trabalhos.
- 2.5. Não permitir a saída de bens pertencentes ao Contratante ou a terceiros sem a devida autorização da Divisão de Segurança.

- 2.6. Zelar pela segurança e ordem nas Sessões Plenárias e Administrativas ou qualquer outro evento realizado nas dependências do Contratante.
- 2.7. Acompanhar e operar, quando solicitado, o sistema de monitoramento por raios “X”, bem como os pórticos de detecção de metais, no âmbito do Contratante.
- 2.8. Oferecer segurança e suporte operacional aos vigilantes da recepção e aos demais empregados e servidores que operam com atendimento ao público.
- 2.9. Aos vigilantes noturnos, verificar diariamente, portas e janelas, constatando se estão devidamente fechadas;
- 2.10. Fazer rondas periódicas durante o turno na área de sua guarda, verificando se há alguma anormalidade;
- 2.11. Executar a(s) ronda(s) diária(s), conforme orientação recebida do Contratante, verificando todas as suas dependências e instalações, adotando, quando requerido, as providências necessárias para o correto desempenho das suas funções e responsabilidades;
- 2.12. Verificar, diariamente, se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário;
- 2.13. Nunca, durante sua jornada, brincar com a arma, manuseá-la desnecessariamente ou entregar a outras pessoas, mesmo que qualificadas, salvo troca de posto por determinação do vigilante supervisor ou superior hierárquico.
- 2.14. Nunca repassar a arma carregada, desmuniando-a quando entregá-la ao seu sucessor;
- 2.15. Adotar todas as demais precauções e cuidados em caso de necessidade de uso, indispensáveis ao manuseio do armamento.

GARAGEM

3. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA NAS PORTARIAS DA

- 3.1. Manter abaixadas as cancelas dos portões, tanto de entrada quanto de saída.
- 3.2. Proibir a entrada de pedestres, seja servidor ou visitante, pelos portões da garagem.
- 3.3. Verificar a credencial de cada veículo.
- 3.4. Verificar se as pessoas que se encontram no carro possuem crachá funcional e, não possuindo, fazer a devida identificação.
- 3.5. Solicitar aos usuários da garagem que respeitem as placas e faixas de sinalização de trânsito.
- 3.6. Não permitir a saída de bens ou qualquer outro tipo de material pertencente ou não ao Contratante sem a devida autorização.
- 3.7. Permitir o desembarque de servidores pela garagem, quando estiverem conduzindo pacientes a serem atendidos no Serviço Médico.
- 3.8. Impedir que veículos sejam estacionados fora das vagas na garagem.
- 3.9. Não permitir a entrada de pessoas em traje incompatível com o ambiente de trabalho, salvo em caso de emergência.
- 3.10. Não permitir a entrada de quaisquer materiais tóxicos, poluentes, corrosivos ou outros nocivos a saúde, sem antes submetê-los à apreciação da Divisão de Segurança.
- 3.11. Acompanhar e operar, quando solicitado, o sistema de monitoramento por raios “X”, bem como os pórticos de detecção de metais, no âmbito do Contratante.
- 3.12. Oferecer segurança e suporte operacional às recepcionistas e aos demais empregados e servidores que operam com atendimento ao público.
- 3.13. Manter os portões de entrada e saída, fora do horário de expediente, trancados após a constatação de inexistência de veículos particulares nas dependências do Contratante;

4. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DO SERVIÇO DE VIGILANTE SUPERVISOR

- 4.1. Verificar se os vigilantes estão devidamente uniformizados, atentando para os detalhes de higiene pessoal (barba, cabelo, unhas etc.) e de higiene das roupas;
- 4.2. Verificar a conduta dos vigilantes (postura e compostura);
- 4.3. Solucionar, imediatamente, perante a Contratada os problemas de faltas, atrasos, dispensas médicas e outros;
- 4.4. Providenciar as necessárias substituições, junto à Contratada, por ocasião de férias e faltas dos funcionários e comunicação imediata ao gestor do contrato;
- 4.5. Proceder às necessárias comunicações e solicitação de devolução de pessoal da Contratada que não atender às recomendações, cometer atos de insubordinação ou indisciplina, não cumprir com suas obrigações ou praticar qualquer outro tipo de ação grave, que venha a depor contra o Contratante;
- 4.6. Acompanhar e orientar o correto uso dos uniformes, equipamentos, armamento e munições, promovendo, junto à Contratada a substituição de peças desgastadas ou que já não apresentem condições favoráveis de uso, bem como sua reposição;
- 4.7. Informar e apresentar relatório, ao gestor do contrato, de todo e qualquer acontecimento de relevância;
- 4.8. Coordenar o bom andamento dos serviços, cuidando da disciplina, bem como controlando a frequência e a apresentação dos vigilantes;
- 4.9. Verificar se o pessoal da Contratada assume os seus respectivos postos, de acordo com as orientações do Contratante;
- 4.10. Fazer o controle de ponto dos funcionários da Contratada, acompanhando diariamente seu correto preenchimento;
- 4.11. Fazer a conferência e o encaminhamento mensal das folhas de ponto/relatório, com as devidas observações quando ocorridas; Conhecer e transmitir as missões de cada posto ocupado pelos vigilantes, de acordo com as orientações do Contratante;
- 4.12. Não permitir que os vigilantes se agrupem a fim de conversar sobre assuntos alheios ao serviço;
- 4.13. Não permitir que os vigilantes abandonem seus postos, sem motivo plenamente justificado;
- 4.14. Ficar atento e, quando necessário, informar imediatamente ao gestor do contrato qualquer alteração do serviço ou irregularidade verificada;
- 4.15. Manter atualizada toda a documentação e demais anotações sobre a equipe sob sua responsabilidade;
- 4.16. Controlar e orientar constantemente o correto porte de arma de fogo e colete balístico por parte dos vigilantes;
- 4.17. Não permitir que os vigilantes saiam armados do serviço;
- 4.18. Não permitir qualquer manuseio indevido do armamento, por parte dos vigilantes;
- 4.19. Providenciar junto à Contratada a imediata substituição de armas defeituosas ou danificadas, verificando sempre as condições de uso da munição correspondente;
- 4.20. Acompanhar a validade e providenciar junto à Contratada periódico treinamento de tiro e reciclagem de instruções;
- 4.21. Informar-se das possíveis ocorrências no plantão anterior, encaminhando as de maior relevância ao gestor do contrato;
- 4.22. Verificar e cobrar dos vigilantes as anotações no caderno do posto e as principais ocorrências em cada unidade de serviço;
- 4.23. Estar à disposição dos vigilantes, sempre que necessário, visando resolver os problemas relativos ao trabalho;
- 4.24. Ficar atento à qualidade do atendimento em relação aos magistrados, aos servidores, demais terceirizados e ao público em geral;

- 4.25. Observar as ações dos vigilantes nos postos de controle de acesso dos visitantes, veículos e bens; Inspeccionar os equipamentos utilizados pelos vigilantes (rádio transmissor, armamento e outros);
- 4.26. Estar atento ao horário de saída e de chegada dos vigilantes ao trabalho;
- 4.27. Coordenar o desenvolvimento do trabalho em execução, troca de turnos e intervalos entre vigilantes, guarda e cautela de equipamentos de propriedade da contratada (armas, munições, coletes, outros), verificação da postura do vigilante e do uso de uniformes em cada posto, primando pela solução de dúvidas, problemas e divergências que por ventura surgirem durante os plantões;
- 4.28. Coordenar a apresentação e o preenchimento dos livros e formulários utilizados pelos vigilantes em seus respectivos postos de serviço; Providenciar a entrega completa dos uniformes e equipamentos aos vigilantes, bem como solicitar a substituição destes quando necessário;
- 4.29. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo gestor do contrato;
- 4.30. Permanecer sempre alcançável por meio de rádio ou telefone celular, mantendo esse sempre operacional

5. PREPOSTO DA CONTRATADA

A Contratada deverá manter preposto na cidade de Goiânia, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato conforme Art. 118 da Lei 14.133 abaixo e parágrafo 4º do artigo 44 da Instrução Normativa nº 5/2017

Art. 118. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

Art. 44. O preposto da empresa deve ser formalmente designado pela contratada antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

A exigência de manutenção de preposto em Goiânia se justifica em razão da natureza do objeto contratual, qual seja, prestação de serviços **com dedicação exclusiva de mão de obra**.

O preposto será responsável por orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar o contingente disponibilizado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução dos serviços, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações do contratante.

Nesse sentido, a Administração, no curso da relação de trabalho entre a empresa e os profissionais alocados, deve se limitar à fiscalização do cumprimento das obrigações previdenciárias e trabalhistas, em face de sua responsabilidade solidária, de forma que a relação empregado e empregador não competem à Administração, sob pena de ingerência, bem como pessoalidade e subordinação dos empregados ao Gestor do contrato.

Sendo assim, a exigência de manutenção do preposto em Goiânia (não sendo necessário no local da prestação dos serviços), visa possibilitar à Administração, caso necessário, acioná-lo para providências que se fizerem necessárias, as quais, se adotadas diretamente pelo gestor, configurariam ingerência na empresa e vínculo de subordinação dos profissionais com a JFGO.

O dispositivo constante no parágrafo 4º do artigo 44 da Instrução Normativa nº 5/2017 evidencia a faculdade da Administração para impor a permanência do preposto no lugar da prestação do serviço ou estabelecer as suas rotinas de visitação, a serem definidas pelo gestor de execução do contrato.

E.2. Critérios de sustentabilidade

Os itens pretendidos são sustentáveis? Indicar a resposta expressamente para cada item (SIM ou NÃO).

Em caso de resposta afirmativa para um ou mais itens: indicar os critérios de sustentabilidade adotados para cada item.

Em caso de resposta negativa para um ou mais itens: justificar o afastamento dos critérios de sustentabilidade para cada item.

Em atendimento ao [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#), a Contratada deverá:

1. Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
2. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

E.3. Critérios de acessibilidade

E.4. Demonstração de que o mercado atende aos requisitos mínimos

Itens	Requisitos mínimos	- Fabricante 1 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante 2 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante... - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	Justificativa Caso alguma especificação (requisitos mínimos) deva ser mantida, ainda que não atendida por pelo menos três dos fabricantes listados.

F. Descrição da solução como um todo

F.1. Resultados pretendidos com a solução escolhida

A referida contratação de mão de obra especializada na categoria de vigilância vai ao encontro do que preconiza o artigo 3º da Lei nº 12.694/2012, que autoriza os tribunais, no âmbito de suas competências, a "tomar medidas para reforçar a segurança dos prédios da Justiça". Reforçar a segurança dos prédios da Justiça como citado anteriormente é garantir a segurança institucional que é a primeira condição para se garantir a independência dos Órgãos Judiciários.

O trabalho executado pela vigilância também está alinhado à Política Nacional de segurança do Poder Judiciário que abrange não apenas a segurança institucional, mas a segurança pessoal dos magistrados, de servidores, de usuários e dos demais ativos do Poder Judiciário.

A atividade da vigilância deverá ser preventiva e proativa, e buscará antecipar e neutralizar as ameaças, violências e quaisquer outros atos hostis contra este Tribunal.

A vigilância executada por profissionais especializados faz parte da atividade que compõe a segurança institucional, que é atividade essencial, e tem como missão promover condições adequadas de sentinela, a fim de possibilitar aos magistrados e servidores da justiça o pleno exercício de suas competências e atribuições.

F.2. Contratações correlatas e/ou interdependentes

- Serviços de vigilância desarmada para as edificações do TRF 1ª Região, incluindo o canteiro de obras da nova sede - 0082934-71.2021.4.01.8000

- Contratação dos Serviços de Vigilância Armada e Desarmada a serem executados nas dependências da Seção Judiciária de Goiás - 0003501-68.2019.4.01.8006

F.3. Adequações do ambiente do órgão impostas pela solução escolhida

Não haverá adequação do ambiente, visto que o órgão já possui espaço preparado, com mobiliário, equipamentos e materiais necessários para a prestação dos serviços.

F.4. Descrição integral da solução

Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de serviços continuados terceirizados de vigilância ostensiva e supervisão, para atenderem às necessidades Justiça Federal de Primeiro Grau em Goiás, com fornecimento de materiais de consumo e equipamentos adequados à execução dos trabalhos, conforme especificações e detalhamento contidos no Termo de Referência e em seus anexos.

G. Declaração de viabilidade

Declaramos que a solução escolhida é viável com base nas informações levantadas ao longo do Estudo Técnico Preliminar - ETP, pois:

- A necessidade apontada é clara e adequadamente justificada;
- Está alinhada com os objetivos estratégicos do órgão e com os programas/atividades formalmente estabelecidas para a Unidade Requisitante;
- As quantidades e demais exigências a contratar estão coerentes com os requisitos quantitativos e qualitativos que precisam ser atendidos para atendimento da necessidade identificada;
- A análise de mercado demonstra a existência de diversas empresas capazes de prestar os serviços demandados;
- A escolha da melhor solução está justificada no corpo do detalhamento do estudo técnico preliminar;
- Os resultados pretendidos com a solução escolhida atendem aos requisitos apresentados e agregam valor em termos de economicidade, aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como melhoria da qualidade dos serviços ofertados à sociedade.

H. Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade do ETP

Responsável pela elaboração: *(servidor da unidade requisitante)*

Neisson Abadio Silva

Responsável pela revisão, supervisão e controle de qualidade: *(diretor)*



Documento assinado eletronicamente por **Soraya Maria Leal Yoshioka, Supervisor(a) de Seção**, em 26/09/2024, às 14:47 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Neisson Abadio Silva, Supervisor(a) de Seção**, em 26/09/2024, às 14:55 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **21389300** e o código CRC **5DAF9512**.